



## Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 8 de setembro de 2022

### Execução dos planos de recuperação e resiliência enfrenta riscos

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), criado em 2021 para atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19, disponibiliza mais de 700 mil milhões de euros de apoio financeiro da União Europeia (UE). Para receber uma fatia, os Estados-Membros têm de apresentar planos nacionais de recuperação e resiliência (PNRR), que são avaliados pela Comissão Europeia. O Tribunal de Contas Europeu (TCE) revela, num relatório publicado hoje, que esta avaliação é globalmente adequada, mas salienta que há riscos para a execução dos planos, como a falta de clareza de marcos e metas.

*"O Mecanismo de Recuperação e Resiliência é um instrumento único destinado a apoiar as reformas e os investimentos dos Estados-Membros e, portanto, a sua recuperação e resiliência", afirma Ivana Maletić, Membro do TCE responsável pela auditoria. "É fundamental proporcionar o apoio em tempo oportuno, mas não à custa de uma boa gestão financeira. É preciso termos total transparência e controlos eficazes para garantir que os fundos da UE têm o fim e o impacto previstos", acrescenta.*

O TCE analisou o processo seguido pela Comissão para avaliar os PNRR e as orientações fornecidas aos Estados-Membros. Em relação a seis deles (Alemanha, Grécia, Espanha, França, Croácia e Itália), verificou também se a avaliação da Comissão assegurou o cumprimento das condições do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Globalmente, o TCE considera a avaliação adequada. A Comissão baseou as suas apreciações em orientações internas e listas de controlo abrangentes. Porém, os avaliadores não as utilizaram de forma sistemática ou uniforme para o exame qualitativo, o que por vezes tornou difícil rastrear a avaliação.

O TCE afirma que os planos podem contribuir para os domínios abrangidos pelo MRR, mas que o alcance da contribuição varia e o impacto ainda tem de ser determinado na prática. Conclui também que não é provável que as medidas auditadas prejudiquem significativamente o ambiente, conclusão que é semelhante à da avaliação da Comissão. Contudo, os PNRR não incluem sistematicamente medidas para atenuar os efeitos ambientais sob a forma de marcos ou metas.

A avaliação da Comissão melhorou a qualidade destes marcos e metas, mas falta clareza a alguns deles e não abrangem as principais fases da execução. Também nem sempre foi aplicada uma metodologia harmonizada em todos os Estados-Membros. A avaliação dos custos estimados feita

*O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório está disponível em [www.eca.europa.eu](http://www.eca.europa.eu).*

## ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu) @EUAuditors [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

pela Comissão refletiu a falta de informações sobre certas medidas e o facto de os perfis de desembolso serem o resultado de negociações, e não um reflexo dos custos subjacentes.

Além disso, o TCE analisou se a avaliação da Comissão garantiu que os planos respondiam à totalidade ou a uma parte significativa das recomendações específicas por país (REP) formuladas ao abrigo do Semestre Europeu (ciclo de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais da UE). Constatou que não está definido o que é uma "parte significativa" das REP. Por isso, esta avaliação continua, em certa medida, a ser subjetiva, sobretudo nos casos em que a Comissão detetou lacunas. O TCE verificou ainda que alguns elementos das REP não foram tidos em conta em todos os Estados-Membros abrangidos pela auditoria.

### **Antecedentes**

Em julho de 2020, o Conselho Europeu chegou a acordo sobre o Instrumento de Recuperação da União Europeia, um fundo com mais de 800 mil milhões de euros. O seu elemento central é o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que pode chegar aos 723,8 mil milhões de euros no total (a preços correntes). Esta é a primeira de uma série de auditorias sobre o MRR, uma das prioridades do TCE para examinar a resposta da UE à pandemia de COVID-19 em várias dimensões políticas, incluindo a governação económica.

O Relatório Especial 21/2022, *Avaliação da Comissão dos planos nacionais de recuperação e resiliência – globalmente adequada, mas subsistem riscos ligados à execução* está disponível no [sítio Web do TCE](#).

### **Contactos para a imprensa**

Serviço de imprensa do TCE: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu)

- Claudia Spiti: [claudia.spiti@eca.europa.eu](mailto:claudia.spiti@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeais: [vincent.bourgeais@eca.europa.eu](mailto:vincent.bourgeais@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Damijan Fišer: [damijan.fiser@eca.europa.eu](mailto:damijan.fiser@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 621 552 224